



4478197



08620.006146/2020-25



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO QUADRIMESTRAL

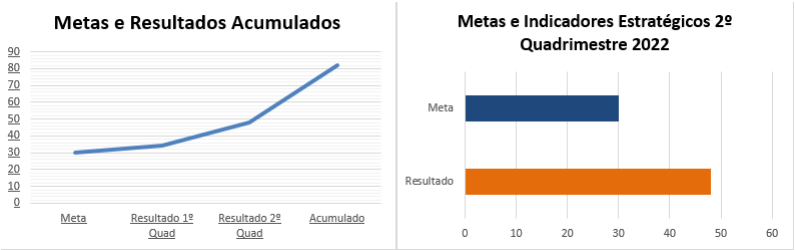
POLÍTICA PÚBLICA DE PROMOÇÃO À CIDADANIA

2º QUADRIMESTRE/2022

1. INTRODUÇÃO					
Apresentar brevemente os principais resultados e desafios do quadrimestre. <i>(Sugere-se de três a quatro parágrafos).</i>					
O presente relatório de monitoramento quadrimestral tem como finalidade apresentar o balanço parcial das políticas referentes à participação social e aos processos educativos, dos períodos de maio a agosto de 2022, executadas no domínio regimental da Coordenação Geral de Promoção da Cidadania - CGPC. Para sua elaboração consideramos os princípios da legalidade, da moralidade e da publicidade enquanto orientadores fundamentais da boa administração pública. Sendo assim, este relatório pretende tornar públicas e acessíveis as informações sobre as ações e políticas executadas nesta Coordenação Geral à sociedade e corroborar com o fortalecimento da cultura de prestação de contas e transparência dos atos administrativos. Conforme orientações, referenciamos todas as Terras Indígenas com os códigos fornecidos pela Coordenação Geral de Georreferenciamento (CGGeo), dados necessários para a Regionalização dos Dados Abertos dos nossos relatórios de prestação de contas do Plano Plurianual 2020-2023. A realização deste relatório apresentou algumas dificuldades, tais como o levantamento de dados a respeito da mudança de indicador. Até o final de 2021, o indicador referia-se ao número de indivíduos atendidos, sendo alterado, a pedido da CGPC, para o número de ações e projetos realizados. Em razão dessa mudança, ainda faz-se necessário atualizar os dados referentes aos exercícios anteriores (2020 e 2021). Como não houve tempo hábil para a realização deste processo, a Coordenação Geral de Gestão Estratégica - CGGE orientou por meio do Ofício 164 (4159486) a entrega sem os dados retroativos e com legenda “Sem informações”					

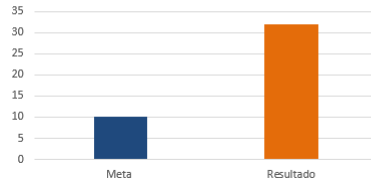
2. METAS E INDICADORES ESTRATÉGICOS					
2.1 Metas e Indicadores Estratégicos					
Apresentar os resultados do indicador e da meta formalizados no Planejamento Estratégico da Funai .					
NOME DO INDICADOR:	AÇÕES E PROJETOS APOIADOS				
FÓRMULA DE CÁLCULO:	Quantidade de ações e projetos apoiados				
POLARIDADE:	PERIODICIDADE DA COLETA:			Quadrimestral	
2019		2020		2021	
Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
-	-	30	sem informações	30	sem informações
-	-	100%	sem informações	100%	sem informações
2022					
Meta	Resultados				
	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre		3º Quadrimestre	Acumulado

30	34	48		82
100%	113%	141%		273%
Data da Última Coleta:	31/08/2022		Fonte da Coleta:	SEI
Caso a política possua mais de um indicador estratégico, basta replicar a tabela acima em quantos indicadores existirem.				

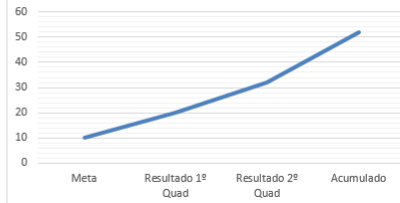


2.2 Sistema de Monitoramento Interno da Política					
Caso a política possua indicadores internos, a unidade deverá informá-los, utilizando a tabela abaixo.					
Os indicadores internos podem medir os resultados intermediários dos indicadores estratégicos ou utilizados para o monitoramento interno de linhas de ação não priorizadas no planejamento estratégico.					
Não há número mínimo de indicadores a serem apresentados, a unidade deverá escolher aqueles que trazem uma visão ampla da política, de preferência com resultados que apresentem o impacto no problema ou as principais causas registradas no detalhamento da política.					
NOME DO INDICADOR INTERNO:		1 - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA			
FÓRMULA DE CÁLCULO:		Quantidade de ações e projetos apoiados			
POLARIDADE:		Positiva		PERIODICIDADE DA COLETA:	
				Quadrimestral	
2019		2020		2021	
Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
-	-	10	13	10	46
-	-	100%	130%	100%	460%
2022					
Meta	Resultados				
	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	4º Quadrimestre	Acumulado
10	20	32	-	-	52
100%	200%	320%	-	-	520%
Data da Última Coleta:	31/08/2022		Fonte da Coleta:	SEI	
Caso a política possua mais de um indicador estratégico, basta replicar a tabela acima em quantos indicadores existirem.					

**Educação Escolar Indígenas 2º
Quadrimestre 2022**



Resultado Acumulado

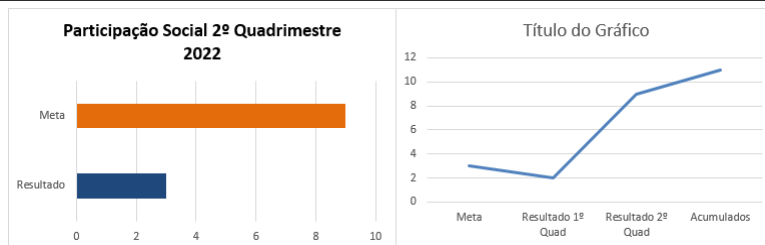


NOME DO INDICADOR INTERNO:		2 - ENSINO MÉDIO TÉCNICO ESPECÍFICO			
FÓRMULA DE CÁLCULO:		Quantidade de ações e projetos apoiados			
POLARIDADE:		Positiva		PERIODICIDADE DA COLETA:	
2019		2020		2021	
Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
-	-	02	03	02	02
-	-	100%	150%	100%	100%
2022					
Meta	Resultados				
	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre		3º Quadrimestre	Acumulado
	03	0		-	03
	100%	0		-	150%
Data da Última Coleta:		31/08/2022		Fonte da Coleta:	SEI

NOME DO INDICADOR INTERNO:		3 - VALORIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE LÍNGUAS			
FÓRMULA DE CÁLCULO:		Quantidade de ações e projetos apoiados			
POLARIDADE:		Positiva		PERIODICIDADE DA COLETA:	
2019		2020		2021	
Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
-	-	02	01	02	03
-	-	100%	50%	100%	150%
2022					
Meta	Resultados				
	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre		3º Quadrimestre	Acumulado
	0	01		-	01
	0%	50%		-	50%
Data da Última Coleta:		31/08/2022		Fonte da Coleta:	SEI



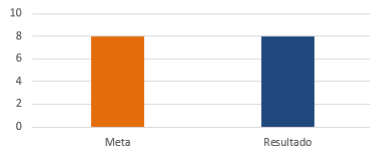
NOME DO INDICADOR INTERNO:		4 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL			
FÓRMULA DE CÁLCULO:		Quantidade de ações e projetos apoiados			
POLARIDADE:		Positiva	PERIODICIDADE DA COLETA:		Quadrimestral
2019		2020		2021	
Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
-	-	XX	XX	XX	XX
-	-	100%	XX	100%	XX
2022					
Meta	Resultados				
	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	4º Quadrimestre	Acumulado
03	02	09	-	-	11
100%	65%	300%	-	-	365%
Data da Última Coleta:	31/08/2022		Fonte da Coleta:	SEI	



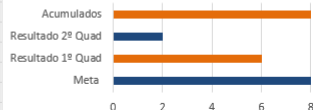
NOME DO INDICADOR INTERNO:		5 - VALORIZAÇÃO DA INFÂNCIA EM CONTEXTO DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA			
FÓRMULA DE CÁLCULO:		Quantidade de ações e projetos apoiados			
POLARIDADE:		Positiva	PERIODICIDADE DA COLETA:		Quadrimestral
2019		2020		2021	
Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
-	-	08	XX	08	XX
-	-	100%	XX	100%	XX
2022					

Meta	Resultados				
	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	4º Quadrimestre	Acumulado
08	06	02	-	-	08
100%	75%	25%	-	-	100%
Data da Última Coleta:	31/08/2022		Fonte da Coleta:	SEI	

Valorização da Infância em Contexto de Convivência Familiar e Comunitária 2º Quadrimestre 2022

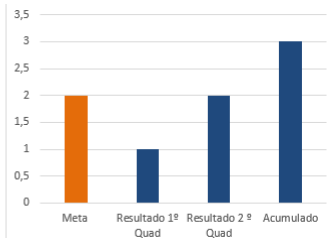
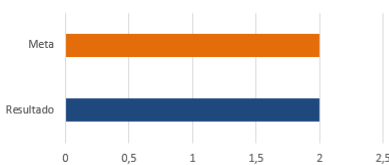


Valorização da Infância em Contexto de Convivência Familiar e Comunitária 2º Quadrimestre 2022



NOME DO INDICADOR INTERNO:	6 - PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PROTAGONISMO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO E DECISÃO POLÍTICA				
FÓRMULA DE CÁLCULO:	Quantidade de ações e projetos apoiados				
POLARIDADE:	Positiva	PERIODICIDADE DA COLETA:			Quadrimestral
2019		2020		2021	
Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
-	-	02	X	02	X
-	-	100%	X	100%	X
2022					
Meta	Resultados				
	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	4º Quadrimestre	Acumulado
02	01	02	-	-	03
100%	50%	50%	-	-	150%
Data da Última Coleta:	31/08/2022		Fonte da Coleta:	SEI	

Promoção e Valorização do Protagonismo das Mulheres Nos Espaços de Representação e Decisão Política 2º Quadrimestre 2022



NOME DO INDICADOR INTERNO:	7 - QUALIFICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS POVOS INDÍGENAS				
FÓRMULA DE CÁLCULO:	Quantidade de ações e projetos apoiados				
POLARIDADE:	Positiva	PERIODICIDADE DA COLETA:			Quadrimestral
2019		2020		2021	

Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
-	-	3	X	3	X
-	-	100%	X	100%	
2022					
Meta	Resultados				
	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	4º Quadrimestre	Acumulado
03	02	02	-	-	04
100%	66,65%	66,65%	-	-	133,33%
Data da Última Coleta:	31/08/2022		Fonte da Coleta:		SEI



3. REGIONALIZAÇÃO

É a quantificação regionalizada dos principais produtos, resultados ou impactos da política, estabelecidos no Modelo Lógico, se possível por Coordenação Regional, descrevendo situações que impactaram positiva ou negativamente o resultado. Caso a política ainda não apresente os resultados regionalizados, devem-se apresentar justificativas para a não regionalização, bem como as alternativas propostas pela unidade para avançar nesse sentido.

Indicador Interno: 1 - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA									
Macro Região/ Bioma	UF/CR	Município / TI e/ou comunidade	Processo	Ação/Projeto	Povo(s) envolvido(s)	Público-alvo	Data da realização	Custo (R\$) e P.I.	Documentos relacionados
Norte / Amazônia	PA / CR-TPJ	Município de Muratuba-PA / Território Tupinambá (cód não localizado), aldeia Muratuba	08764.000027/2022-96	Apoio à realização do Encontro de Educação Tupinambá	Tupinambá	Professores e comunidade	De 20 a 22 de maio de 2022.	R\$ 6.285,00 PI 66APE	RAE SEI nº 4168694 e RAE SEI nº 4165106
Norte / Amazônia	PA / CR-TPJ	Município de Jacareacanga-PA / Terra Indígena Munduruku (cód 29801)	08764.000027/2022	Apoio técnico e logístico ao VII Encontro Pusuuruduk, organizado pela Associação Arikico, que reúne professores Munduruku do Alto Tapajós, com o intuito de retomar as discussões sobre a valorização dos professores indígenas, a elaboração dos projetos pedagógicos e o reconhecimento da autonomia das escolas indígenas	Munduruku	Professores e comunidade	De 20 e 25/05/2022	R\$ 41.540,00 PI 66APE	RAE SEI nº 4203585 e RAE SEI nº 4203730
Norte / Amazônia	RR / CR-RR	Município de Bonfim-RR / Terra Indígena Manoá-Pium (cód 26501), comunidade indígena Alto Arraia	08749.000324/2022-20	Autorização para a construção da Escola Estadual Indígena Vovô Leonardo Gomes	Wapichana e Macuxi	Comunidade	24 de maio de 2022	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº 22/2022/COPE (SEI 4139773)
Norte /	AM /	Município e Tabatinga-AM /	08782.001698/2022-	Autorização para a construção de escola infantil na comunidade Cajari I	Tikuna	Comunidade	08 de	n.s.a	Autorização de

Amazônia	CR-AS	Terra Indígena Évare I (cód 12101), comunidade indígena Cajari I	56				junho de 2022		Obras em T.I.s nº 25/2022/COPE (SEI 4192118)
Norte / Amazônia	AM / CR-AS	Município de Benjamin Constant-AM / Terra Indígena Tikuna de Santo Antônio (cód 46801), comunidade indígena Filadélfia	08782.002731/2019-60	Autorização para a construção da Escola de Educação Infantil Tipo 2	Tikuna	Comunidade	10 de junho de 2022	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº 24/2022/COPE (SEI 4184566)
Centro-oeste / Mata Atlântica	MS / CR-PP	Município de Amambai-MT / Reserva Indígena Amambai (cód 1601), aldeia Amambai	08620.013775/2018-97	Autorização para a construção da quadra esportiva destinada à Escola Municipal Polo Indígena Mboc'ereña Ypyendy (Pandui)	Guarani Kaiowá	Comunidade	10 de junho de 2022	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº 30/2022 (4205618)
Norte / Amazônia	RR / CR-RR	Município de Uiramutã-RR / Terra Indígena Raposa Serra do Sol (cód 37901), comunidade indígena Maturuca	08749.000436/2022-81	Autorização para a reforma da Escola Estadual Indígena José Alamano	Macuxi	Comunidade	15 de junho de 2022	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº 31/2022/COPE (SEI 4218348)
Norte / Amazônia	RR / CR-RR	Município de Uiramutã-RR / Terra Indígena Raposa Serra do Sol (cód 37901), comunidade indígena Água Fria	08749.001169/2021-88	Autorização para a construção da Escola Municipal Marinha dos Santos Mota	Macuxi, Ingarikó e Taurepang	Comunidade	15 de junho de 2022	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº 26/2022/COPE (SEI 4194795)
Norte / Amazônia	RR / CR-RR	Município de Uiramutã-RR / Terra Indígena Raposa Serra do Sol (cód 37901), comunidade indígena Taboca	08749.001169/2021-88	Autorização para a construção de quadra poliesportiva vinculada à Escola Municipal Indígena São Lucas Rodrigues	Macuxi	Comunidade	15 de junho de 2022	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº 27/2022/COPE (SEI 4194847)
Norte / Amazônia	RR / CR-RR	Município de Uiramutã-RR / Terra Indígena Raposa Serra do Sol (cód 37901), comunidade indígena Caraparu III	08749.001169/2021-88	Autorização para a construção de quadra poliesportiva vinculada à Escola Municipal Indígena Domingo dos Santos	Macuxi	Comunidade	15 de junho de 2022	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº 28/2022/COPE (SEI 4194890)
Norte / Amazônia	RR / CR-RR	Município de Uiramutã-RR / Terra Indígena Raposa Serra do Sol (cód 37901), comunidade indígena Área Única	08749.001169/2021-88	Autorização para a construção da Escola Municipal Indígena Amooko Peri Ingarikó	Ingarikó	Comunidade	15 de junho de 2022	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº 29/2022/COPE (SEI 4194929)
Norte / Amazônia	PA / CR-TPJ	Município de Itaituba-PA: Terra Indígena Sawré Bap'in (cód Em Estudo); Terra Indígena Sawré Muybu (cód 56701), Reserva Indígena Praia do Índio (cód -37301) e Reserva Indígena Praia do Mangue (cód 37401)	08764.000099/2022-33	Apoio técnico e orçamentário ao Encontro Pedagógico Indígena 2022: Tecendo os saberes Mundurucu nos conhecimentos sistêmicos da Educação Escolar	Mundurucu	Professores e comunidades	15 e 18 de junho de 2022	RS 7.059,00 PI 66APE	RAE SEI nº 4244490 e Relatório Final do encontro SEI nº 4440919
Nordeste / Caatinga	BA / CR-BSF	Município de Banzaê-BA / Terra Indígena Kiriri (cód 23101), aldeias: Araçá; Cajazeira, Lagoa Grande, Marcação e Segredo	08774.000091/2022-58	Autorização para a construção de Creche na Aldeia Araçá, Terra Indígena Kiriri	Kiriri	Comunidade	24 de junho de 2022	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº 33/2022/COPE (SEI 4235088)
Nordeste / Caatinga	BA / CR-BSF	Município de Euclides da Cunha-BA / Terra Indígena Massacará (cód 27601), aldeia Icó	08774.000141/2020-35	Autorização para a construção de uma Unidade de 12 (doze) salas de aula, na Terra Indígena de Massacará/Etnia Kaimbé (Ampliação do anexo do colégio Estadual Indígena Dom Jackson Berenguer Prado)	Kaimbé	Comunidade	24 de junho de 2022	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº 34/2022/COPE (SEI 4235591)
Norte / Amazônia	RR / CR-RR	Município de Amajari-RR / Terra Indígena Araçá (cód 3101), comunidade indígena Araçá	08749.000327/2022-63	Autorização de Reforma da Escola Estadual Indígena Tuxaua Raimundo Tenente	Macuxi e Wapichana	Comunidade	24 de junho de 2022	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº

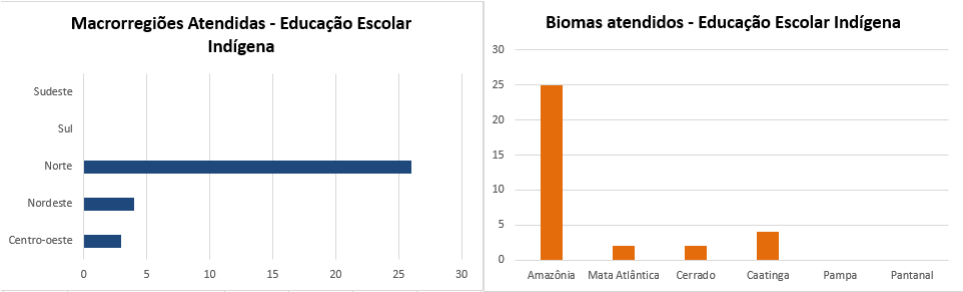
									35/2022/COPE (SEI 4242282)
Norte / Amazônia	AM / CR-AS	Município de Benjamin Constant-AM / Terra Indígena Lauro Sodré (cód 25401), comunidade indígena Lauro Sodré	08620.003841/2022-05	Autorização para a construção da Escola Municipal Indígena Lauro Sodré	Tikuna	Comunidade	27 de junho de 2022	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº 27/2022/COPE (SEI 4246429)
Norte / Amazônia	AM / CR-AS	Município de Benjamin Constant-AM / Terra Indígena Lauro Sodré (cód 25401), comunidade indígena Guanabara III	08620.003839/2022-28	Autorização para a construção da quadra poliesportiva na comunidade Guanabara III	Tikuna	Comunidade	27 de junho de 2022	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº 37/2022/COPE (SEI 4247035)
Norte / Amazônia	AM / CR-AS	Município e Tabatinga-AM / Terra Indígena Èvare I (cód 12101), comunidade indígena de Nova Extrema	08782.001700/2022-97 e 08782.001699/2022-09	Autorização para construção de quadra poliesportiva coberta na comunidade indígena de Nova Extrema	Tikuna	Comunidade	29 de junho de 2022	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº 32/2022/COPE (SEI 4229024)
Norte / Cerrado	TO / CR-ATO	Município de Formoso do Araguaia-TO / Terra Indígena Parque do Araguaia (cód 33501). Aldeias: Boa Esperança; Aldeia Canuanã; Aldeia Marani Hawa; Aldeia São João; Aldeia Txuiri e Aldeia Wariwari	08620.007891/2021-72	Autorização para a construção de escolas infantis de 02 salas de aula (Padrão FNDE) nas aldeias Javaé da Ilha do Bananal	Javaé	Comunidade	29 de junho de 2022	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº 41/2022/COPE (SEI 4255527)
Norte / Amazônia	RR / CR-RR	Município de Uiramutã-RR / Terra Indígena Raposa Serra do Sol (cód 37901), comunidade indígena Enseada	08749.000387/2022-86	Autorização para a Reforma da Escola Estadual Indígena Koko Isabel Macuxi	Macuxi	Comunidade	29 de junho de 2022	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº 40/2022/COPE (SEI 4250707)
Centro-Oeste / Mata Atlântica	MS / CR-DOU	Município de Maracaju-MS, Terra Indígena Sucuri'y (cód 43401)	08788.001465/2021-12	Autorização de obras da quadra poliesportiva para a Escola Municipal Indígena Valério Sucuri'y	Guarani Kaiowá	Comunidade	30 de junho de 2022	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº 23/2022/COPE (SEI 4176984)
Norte / Amazônia	AM / CR-AS	Município e Tabatinga-AM / Terra Indígena Èvare I (cód 12101), comunidade indígena Belém do Solimões	08782.001725/2022-91	Autorização para reforma da Escola Municipal Indígena Eware Mawache	Tikuna	Comunidade	01 de julho de 2022	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº 45/2022/COPE (SEI 4264988)
Norte / Amazônia	AM / CR-AS	Município e Tabatinga-AM / Terra Indígena Èvare I (cód 12101), comunidade indígena Barro Vermelho	08782.001691/2022-34	Autorização para construção de escola na Comunidade Indígena Barro Vermelho, T.I. Èvare I, em Tabatinga/AM	Tikuna	Comunidade	01 de julho de 2022	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº 43/2022/COPE (SEI 4259842)
Norte / Amazônia	PA / CR-TPJ	Município de Jacareacanga-PA / Terra Indígena Munduruku (cód 29801), aldeias: Missão Cururu; Katô; Karapanatuba Posto Munduruku; Carógal e Rio das Tropas, Terra Indígena Sai Cinza (cód 40901), aldeia Sai Cinza	08764.000146/2020-87	Autorização para construção de quadras poliesportivas	Munduruku	Comunidade	04 de julho de 2022	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº 46/2022/COPE (SEI 4268156)
Norte / Amazônia	AP / CR-ANP	Município de Oiapoque-AP / Terra Indígena Uaçá (cód 47601), aldeia Manga	08767.000056/2017-61	Apoio técnico e orçamentário para a realização da 6ª Oficina de Elaboração de Projeto Político Pedagógico das escolas indígenas de Oiapoque, em parceria com a Organização dos Professores Indígenas de Oiapoque-OPIMO	Karipuna	Professores e comunidades	De 05 a 09 de julho de 2022	R\$ 26.023,00 PI 66APE	RAE SEI nº 4308617
Norte / Amazônia	AM / CR-MAO	Municípios de Nhamundá-AM, Uruará-AM, Oriximiná-AM e Faro-AM / T.I. Nhamundá/Mapuera (cód 30501)	08769.000470/2022-17	Diagnósticos nas aldeias da T.I. Nhamundá/Mapuera. Aldeia Arará; Belontra; Matrinxã, Areia e Gavião (as três últimas sem professores); Cupiúba; Torre;	Hixkaryana e Wai-Wai	Comunidade	De 06 a 25 de julho de 2022	R\$ 49.625,00 PI 66APE	Plano Anual de Trabalho SEI nº 3913911; RAE SEI nº 4361843;

				Bananal; Feijoa; Riozinho; Jutai; Porteira; Kassawa e Cafezal. Coleta de informações sobre produção para aquisição de alimentação escolar					RAE Produção de alimentos para fornecimento à escola (SEI 4394650); Informação Técnica 66/2022/Cope (SEI 3960260) e 2022NC001280 (4047117)
Centro-Oeste / Cerrado	MT / CR-RC	Município de Nova Nazaré-MT / Terra Indígena Areões (cód 3901)	08100.000273/2022-51	Diagnóstico da EEI na T.I. Areões nas aldeias: Água Quente; Água Viva; Alegria; Babaçu; Batismo de Cristo; Bom Jesus; Buriti Cachoeira; Campo Alegre; Cristalino; Dois Galhos; Salvador; El Shaday; Feliz Natal; Jeová; Jerusalém; Jesus Maria José; Lagoa Grande; Mãe de Virgem; Mairé'a; Muita Paz; Mutum; Norowede; Nova Açui; Nova Aliança; Nova Esperança; Nova Vida; Novo Santo Antônio (Räiraté); Novo Tempo; Pedra Branca; Pequi; Santa Fé; Santa Glória; Santa Mina/Santo Amaro; Santa Rita; Santa Terezinha Santana; São Cristóvão; São Jesus Cristo; Serra Nova; Serra Verde; Tangará da Serra; Tripa; Tritopá e Wa'a'wedere	Xavante	Comunidade	de 25/07 a 05 de agosto de 2022	R\$ 7.480,00 PI 66APE	PAT SEI nº 4155724 e RAE SEI 4390150
Norte / Amazônia	AP / CR-ANP	Município de Oiapoque-AP / Terra Indígena Galibi (cód 13301), aldeia Galibi e aldeia Ariramba. Povos: Galibi Kalin'a, Galibi Marworno, Karipuna	08767.000062/2022-85	Apoio técnico e orçamentário ao Projeto "Horta e avicultura na escola" na Escola Indígena Estadual São José (aldeia Galibi) e na Escola Indígena Estadual Felinto Moraes (aldeia Ariramba)	Galibi Kalin'a, Galibi Marworno, Karipuna	Comunidades escolares	29 de junho de 2022	R\$ 20.378,00 PI 66APE	PAT 2022/CR-ANP (SEI 4032951); Informação Técnica nº 105/2022/COPE (SEI 4058077) e Plano de Viagem (SEI 4256624)
Norte / Amazônia	RR / CR-RR	Município de Uiramutã-RR / Terra Indígena Raposa Serra do Sol (cód 37901), comunidade indígena Nova Vida	08749.001169/2021-88	Autorização para a construção da Escola Municipal Amooko Davi de Souza e de quadra escolar na Comunidade Indígena Nova Vida	Macuxi	Comunidade	26 de julho de 2022	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº 42/2022/COPE, de 26/07/2022 (SEI 4257073)
Norte / Amazônia	AM / CR-MAD	Município de Humaitá-AM / Terra Indígena Diahui (cód 11001), aldeia Jui	08113.000087/2022-73	Autorização para a construção de Escola M'Boawa na Aldeia Jui	Diahui	Comunidade	26 de julho de 2022	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº 49/2022/COPE, de 26/07/2022 (SEI 4328565)
Nordeste / caatinga	BA / CR-BSF	Município de Banzaê-BA / Reserva Indígena Fazenda Sítio (cód 69901), aldeia Tuxá Fazenda Sítio	08774.000630/2018-72	Autorização para a construção de nova unidade com 12 salas e quadra coberta do Colégio Estadual Indígena Cacique Raul Valério de Oliveira na aldeia Tuxá Fazenda Sítio	Tuxá	Comunidade	29 de julho de 2022	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº 50/2022/COPE, de 29/07/2022 (SEI 4333922)
Nordeste /Caatinga	BA/CR BSF	Município Banzaê-BA / Terra Indígena Kiriri (cód. 23101), aldeia Mirandela e aldeia Segredo	08774.000091/2022-58	Autorização para a construção de quadras poliesportivas	Kiriri	Comunidades	03 de agosto de 2022	n.s.a	Autorização de Obras em T.I.s nº 48/2022, de 03/08/2022 (SEI 4320853)

CONSOLIDADO

Macrorregiões	Biomass	Estados / Coordenações Regionais	Municípios/Terras Indígenas	Povos indígenas	Custo total (R\$)
Centro-oeste: 03	Amazônia: 25	Estados = 08: AM; AP; BA; MS; MT; PA; RR e TO	Municípios = 20: Amajari-RR; Amambai-MS; Banzaê-BA; Benjamin Constant-AM; Bonfim-RR; Euclides da Cunha-BA; Faro-AM; Formoso do Araguaia-	19 povos: Galibi Kalin'a; Galibi Marworno; Guarani Kaiowá;	R\$ 158.390,00

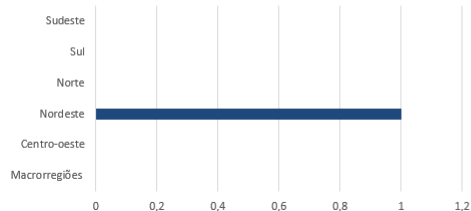
Nordeste: 04 Norte: 26	Caatinga: 04 Cerrado: 02 Mata Atlântica: 02	CRs = 10: AS; ANP; ATO; BSF; DOU; MAD; MAO; PP; RC e TPJ	TO; Humaitá-AM; Itaituba; Jacareacanga-PA; Maracaju-MS; Muratuba-PA; Nhamundá-AM; Nova Nazaré-MT; Oiapoque-AP; Oriximiná-AM; Tabatinga-AM; Uiramutã-RR e Urucará-AM	Diahui; Hixkaryána; Javaé; Kaimbé; Karipuna; Kiriri; Macuxi; Mundurucu; Taurepang; Tikuna; Tupinambá; Tuxá; Xavante; Wai-Wai e Wapichana
T.I.s = 23: R.I. Amambai (cód 1601); T.I. Araçá (cód 3101); T.I. Arcões (cód 3901); T.I. Évare I (cód 12101); T.I. Lauro Sodré (cód 25401); T.I. Diahui (cód 11001); R.I. Fazenda Sítio (cód 69901); T.I. Galibi (cód 13301); T.I. Kiriri (cód 23101); T.I. Manoá-Pium (cód 26501); Massacará (cód 27601); Mundurucu (cód 29801); Nhamundá/Mapuera; Parque do Araguaia (cód 33501); Praia do Índio (cód 37301); Praia do Manguê (cód 37401); Raposa Serra do Sol (cód 37901); Sawré Bap'in (cód Em Estudo); Sawre Muybu (cód 56701); Sucuri'y (cód 43401); Tikuna de Santo Antônio (cód 46801); Tupinambá (cód não localizado) e Uaçá (cód 47601).				



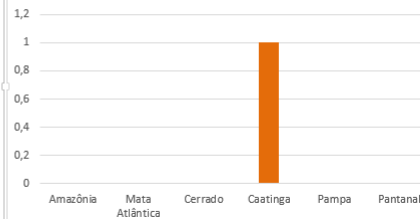
Indicador Interno: 2 - ENSINO MÉDIO TÉCNICO ESPECÍFICO									
Macro Região/ Bioma	UF / CR	Município / TI e/ou comunidade	Processo	Ação/Projeto	Povo(s) envolvido(s)	Público-alvo	Data da realização	Custo (R\$) e P.I.	Documentos relacionados
SEM ENTREGAS MENSURÁVEIS PARA O PERÍODO									

Indicador Interno: 3 - VALORIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE LÍNGUAS									
Macro Região/ Bioma	UF / CR	Município / TI e/ou comunidade	Processo	Ação/Projeto	Povo(s) envolvido(s)	Público-alvo	Data da realização	Custo (R\$) e P.I.	Documentos relacionados
Nordeste / Caatinga	BA / CR-BSF	Município de Rodelas-BA / R.I. Tuxá (sem código, Aldeia Mãe do Povo Tuxá	08774.000099/2022- 14	Apoio à 1ª Oficina do projeto DZUBUKUÁ TUXÁ: Educação, Processos Identitários, Engajamento Étnico e Construção Cosmopolítica pela Aprendizagem da Língua Ancestral	Tuxá	Comunidade (64 participantes)	De 21 a 24 de julho de 2022	R\$ 18.607,00 PI APC	PAT (SEI 3930506), Informação Técnica 78/2022/COPE (SEI 3990300), RAE SEI nº 4344901, da CR-BSF; e Frequência de participantes SEI 4346466, SEI 4346471 e SEI 4346476
CONSOLIDADO									
Macrorregiões		Biomás		Estados / Coordenações Regionais		Municípios/Terras Indígenas		Povos indígenas	
Nordeste: 01		Caatinga: 01		Estados: 01 BA CRs: 01 - CR-BSF		Municípios: 01 Rodelas-BA Terras Indígenas: 01 - R.I. Tuxá (sem código)		01 povo Tuxá	
								R\$ 18.607,00	

Macrorregiões Atendidas- Valorização e Revitalização de Línguas Indígenas



Biomass atendidos - Revitalização de Línguas Indígenas



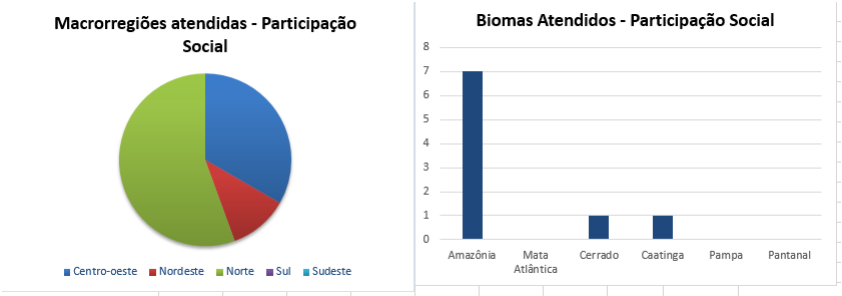
Indicador Interno: 4 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Macro Região/ Bioma	UF/CR	Município / TI e/ou comunidade	Processo	Ação/Projeto	Povo(s) envolvido(s)	Público- alvo	Data da realização	Custo (R\$) e P.I.	Documentos relacionados
Norte/ Amazônico	PA/ CR- LPA	Município de Altamira/ Terra Indígena Trinchira Bacajá	08748.000127/2022- 11	Projeto de elaboração do protocolo de consulta.	Xikrin	Comunidade	xxx	3.186,00	xxx
Centro Oeste/Amazônico	MT/CR NOMT	Município de Juína, Comodoro, Sapezal/ Terra Indígena Enawene-nawe	08789.000005/2022- 48	Ritual Yoakwa	Enawene-nawe	Comunidade	xxx	127.776,00	xxx
Centro Oeste/ Amazônico	MT/CR NOMT	Município de Juína/ Terras Indígenas Aripuanã, Serra Morena, Parque Indígena do Aripuanã e Roosevelt	08789.000235/2022- 15	Apoio à Assembleia Geral da Etnia Cinta Larga	Cinta Larga	Comunidade	xxx	7.175,00	xxx
Norte/ Amazônico	AM/ CR AS	Município de Tabatinga/ Terra indígena Ewarel	08782.000700/2022- 70	IV Assembleia Geral dos Movimentos do povo Kokama	Kokama	Comunidade	xxx	81.670,00	xxx
Norte/ Amazônico	AM/ CR VJA	Município de Atalaia do Norte e Eirunepé/ Terras indígenas Vale do Javari, Kulina do Médio Juruá, Cacau do Tarauacá	08744.000187/2022- 73	Assembleias Indígenas dos povos indígena: Marubo, Mayuruna, Kanamari (Vale do Javari), Kanamari (Médio Juruá), Kulina, Matis e Madjá-Kulina	Marubo, Mayuruna, Kanamari (Vale do Javari), Kanamari (Médio Juruá), Kulina, Matis e Madjá-Kulina	Comunidade	xxx	46.290,00	xxx
Norte/ Amazônico	AM/ CR MP	Município de Lábrea/ Terra Indígena Paumari do Lago Maraha	08116.000359/2022- 13	Apoio para o evento cultural Amamajo do povo Paumari.	Paumari	Comunidade	xxx	2.215,00	xxx
Nordeste/ Caatinga	CE/ CR NEII	Município de Poranga/ Terra Indígena Cajueiro	08087.000217/2022- 32	XXVI Assembleia dos Povos Indígenas do Ceará	Anacé, Gavião, Jenipapo Kanindé, Kalabaça, Kanindé, Pitaguary, Potyguara, Tabajara, Tapeba, Tapuia, Tubiba-Tapuya, Tupinambá, Tremembé e Karão Jaguaribaras.	Comunidade	xxx	6.931,50	xxx
Norte/ Amazônico	RR/ CRR	Município de Pacaraima/ Terra Indígena Raposa Serra do Sol	08749.000544/2022- 53	XXVIII Assembleia da SODIURR	Macuxi, Wapichana, Ingaricó, Yanomami, Patamona	Comunidade	xxx	8.028,00	xxx
Centro-Oeste Cerrado	MT/ CR Xavante	Município de Barra do Garças, General Carneiro e Campinápolis/ Terra Indígena São Marcos, Sangradouro e Parabubure	08746.000190/2022- 77	APOIO À MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA AU'UWE UPTÁBI	Xavante	Comunidade	xxx	89.153,40	xxx

CONSOLIDADO

Macrorregiões	Biomass	Estados	Municípios/Terras Indígenas	Povos indígenas	Custo
---------------	---------	---------	-----------------------------	-----------------	-------

		/ Coordenações Regionais			total (R\$)
Norte: 05 Nordeste: 01 Centro-oeste: 03	Amazônico: 07 Caatinga: 01 Cerrado: 01	Estados = 05: AM; MT; RR; CE e PA CRs = 08: CR LPA; CR NOMT; CR AS; CRVJA; CR MP; CR NEII; CR RR e CR XA	Municípios 13: Altamira; Juina; Comodoro; Sapezal; Tabatinga; Atalaia do Norte; Eirunepé; Lábrea; Poranga; Pacaraima; Barra do Garças; General Carneiro e Campinápolis Terras Indígenas 16: Trincheira Bacajá; Enawene-nawe; Aripuanã; Serra Morena; Parque Indígena do Aripuanã; Roosevelt; Eware I; Vale do Javari; Kulina do Médio Juruá; Cacao do Tarauacá; Paumari do Lago Maraha; Cajueiro; Raposa Serra do Sol; São Marcos; Sangradouro e Parabubure	Povo indígena 32: Xikrin; Enawene-nawe; Cinta Larga; Kokama; Marubo; Mayuruna; Kanamari (Vale do Javari); Kanamari (Médio Juruá); Kulina; Matis; Madjá-Kulina; Paumari; Anacé; Gavião; Jenipapo; Kanindé; Kalabaça; Pitaguary; Potyguara; Tabajara; Tapeba; Tapuia; Tubiba-Tapuya; Tupinambá; Tremembé; Karão Jaguaribaras; Macuxi; Wapichana; Ingaricó; Yanomami; Patamona e Xavante	372.424,90



Indicador Interno: 5 - VALORIZAÇÃO DA INFÂNCIA EM CONTEXTO DE CONVIVÊNCIA COMUNITÁRIA									
Macro Região/ Bioma	UF/CR	Município / TI e/ou comunidade	Processo	Ação/Projeto	Povo(s) envolvido(s)	Público-alvo	Data da realização	Custo (R\$) e P.I.	Documentos relacionados
Norte/ Cerrado	MA/ CR MA	Amarante	xxxx	Relatório interdisciplinar judicial	xxx	Criança	xxxx		xxx
Norte/Cerrado	MA/ CR MA	Arame	xxxx	Relatório interdisciplinar judicial	xxx	Criança	xxxx		xxx
CONSOLIDADO									
Macrorregiões	Biomass	Estados / Coordenações Regionais			Municípios/Terras Indígenas		Povos indígenas	Custo total (R\$)	
Norte:02	Cerrado: 02	Estado = 01: MA CR= 01: CR MA			Município 02: Amarante e Arame		xxx	xxx	

Indicador Interno: 6 - PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PROTAGONISMO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS DE REPRESENTAÇÃO E DECISÃO POLÍTICA										
Macro Região/ Bioma	UF/CR	Município / TI e/ou comunidade	Processo	Ação/Projeto	Povo(s) envolvido(s)	Público-alvo	Data da realização	Custo (R\$) e P.I.	Documentos relacionados	
Norte/	AC e	Município de Porto Velho/Distrito de Extrema (RO) Boca do Acre (Am)	08779.000220/2022-	Projeto Encontro do Sagrado	Kaxari, Apurinã, Jamamadi,	Mulheres	xxx		xxx	

Amazônico	RO/CR APurus	Assis Brasil (AC) Sena Madureira (AC) Manoel Urbano (AC) Santa Rosa do Purus (AC) Jordão (AC) Cruzeiro do Sul (AC) Tarauacá (AC) Feijó (AC) Terras Indígenas Kaxarari, Camicuá, Apurinã do KM 124, Lourdes/Cajueiro, Caiapucá, Mamoadate, Alto Rio Purus, Alto Rio Jordão, Katukina, Igarapé do Caucho, Katukina Kaxinawá.	68	Feminino da Amazônia do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia.	Manchineri, Jaminawa, Kaxinawá, Kulina, Katukina, Shanenawa.			94.057,40 PI APO	
Norte/ Amazônico	AM/ CR AS	São Paulo de Olivença/ Terra indígena Èvare I	08782.000700/2022-70	Primeira Assembleia das Mulheres Indígenas Tikuna do Alto solimões.	Tikuna	Mulheres	xxx	47.153,00 PI APO	xxx

CONSOLIDADO									
Macrorregiões	Biomass	Estados / Coordenações Regionais	Municípios/Terras Indígenas			Povos indígenas			Custo total (R\$)
Norte: 02	Amazônico: 02	Estados = 03: AM; AC e RO CRs = 03: CR Alto Purus e CR AS	Município 11: Porto Velho/Distrito de Extrema; Boca do Acre; Assis Brasil; Sena Madureira; Manoel Urbano; Santa Rosa do Purus; Jordão; Cruzeiro do Sul; Tarauacá; Feijó e São Paulo de Olivença.			Povo Indígena 10: Kaxari; Apurinã; Jamamadi; Manchineri; Jaminawa; Kaxinawá; Kulina; Katukina; Shanenawa e Tikuna			

Indicador Interno: 7 - QUALIFICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS POVOS INDÍGENAS										
Macro Região/ Bioma	UF/CR	Município / TI e/ou comunidade	Processo	Ação/Projeto	Povo(s) envolvido(s)	Público-alvo	Data da realização	Custo (R\$) e P.I.	Documentos relacionados	
Norte / Amazônia	AM / CR-AS	Jurisdição do município de Tabatinga-AM	08782.002582/2022-34	Revisão e Atualização da Lei Orgânica do município de Tabatinga/AM	Povos atendidos pelo município de Tabatinga-AM	comunidades	27 de junho de 2022	n.s.a	Informação Técnica nº 185/2022/COPE (SEI 4249996), de 27/06/2022	
Abrangência Nacional	Abrangência Nacional	Abrangência Nacional	08027.000413/2022-11	Análise da Proposição Legislativa - PL 2.693 DE 2021 - recursos do FUNDEB para educação infantil de populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas	Abrangência Nacional	Abrangência Nacional	27 de junho de 2022	n.s.a	Informação Técnica nº 184/2022/COPE (SEI 4249558), de 27/06/2022	

CONSOLIDADO					
Macrorregiões	Biomass	Estados / Coordenações Regionais	Municípios/Terras Indígenas	Povos indígenas	Custo total (R\$)
Abrangência Nacional	Abrangência Nacional	Abrangência Nacional	Abrangência Nacional	Abrangência Nacional	n.s.a

4. OUTRAS AÇÕES OU ATIVIDADES NÃO MENSURADAS NOS ITENS ANTERIORES

Apresentar os resultados de outras ações ou atividades não mensuradas pelo indicador principal (estratégico) ou pelos indicadores do sistema de monitoramento interno.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA PARA 2020-2023 (PE-MJSP)

Além das linhas de apoio monitoradas no Planejamento Estratégico da Funai 2020-2023, a CGPC compõe o Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça e Segurança Pública para 2020-2023 (PE-MJSP 2020-2023) com o seguinte indicador referente aos Processos Educativos Comunitários - “número de ações de educação e de formação comunitária apoiadas”, com a meta de 12 (doze) ações por ano, de 2020 a 2023.

Considerando que ações de educação e formação comunitárias refletem na qualificação da oferta da Educação Escolar Indígena (EEI), compreendemos que o apoio da Funai à formação de professores em cursos de Magistério, Licenciatura e Pedagogia Interculturais contemplam o indicador do (PE-MJSP 2020-2023, por se tratarem de espaços de discussão e reflexão sobre as diretrizes da EEI, como a participação comunitária na definição de conteúdos curriculares específicos, formas de produção de conhecimento, Projetos Político Pedagógico, dentre outros.

Entre os meses de janeiro a agosto de 2022 a CGPC entregou 22 produtos do indicador do PE-MJSP:

JANEIRO - 02 ações:

a) Diagnóstico de EEI na comunidade Amanayé. Visita técnica demandada pelo MPF no âmbito da ACP 0002423- 85.2017.4.01.3907 em face do município de Goianésia do Pará/PA. Realizado pela Coordenação Regional Baixo Tocantins (CR-BTO) entre 16 e 20/01/2022. Processo 90720.000006/2017-09; e

b) Diagnóstico de EEI nas comunidades da TI Parakanã no Município de Itupiranga/PA, realizado pela CR-BTO. Visita técnica demandada pelo MPF no âmbito da ACP 0800266-14.2020.8.14.0025 em face do Município de Itupiranga/PA. Processo 00457.032528/2021-12.

FEVEREIRO - 02 ações:

a) Apoio à retomada das aulas dos cursos de Ensino Médio Técnico específicos na TI Parakanã, no âmbito do ACT IFPA/Funai. Realizada entre 07/02 e 10/02/2022 com a participação da CR-BTO. Processo 08770.000834/2021-49; e

b) Apoio à participação de professores Tapeba na Jornada Pedagógica Específica sobre EEI na Escola Municipal Profª Alice Soares, município de João Câmara/RN; território Mendonças do Amarelão – Povo Potiguara. Ação desenvolvida pela Coordenação Regional Nordeste II (CR-NEII). Processo 08087.000171/2022-51.

MARÇO - 06 ações:

a) Apoio técnico e logístico ao encontro para a discussão do Projeto do Curso de Licenciatura Intercultural com comunidades indígenas da Terra Indígena Kwatá-Laranjal. Executado pela Cope/CGPC e Coordenação Regional de Manaus (CR-MAO) entre os dias 23 a 26 de março 2022. Processo 08769.000620/2022-92;

b) Visita técnica para acompanhar o processo de discussão nas comunidades Saterê Mawé e Maytapu e a Coordenadoria de Educação Escolar Indígena-CEEIND sobre a Implantação do Ensino Médio Modular (SOME). Realizado entre 21 e 31 de março 2022 pela Coordenação Regional Tapajós (CR-TPJ - CTL Santarém). Processo 08764.000158/2021-92;

c) Apoio técnico e logístico à XX Assembleia das Mulheres Indígenas em Mutirão, que reuniu cerca de 70 (setenta) mulheres representantes dos povos Galibi Kali'na, Galibi Marworno, Karipuna e Palikur com o objetivo de debater a melhoria de políticas públicas bem como eleger a da nova diretoria da Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão - AMIM. Realizado nos dias 18 e 19 de março de 2022, no Centro de Formação Domingos Santa Rosa, na TI Uaçá, com a participação da Funai / Coordenação Regional Amapá Norte do Pará (CR-ANP), DSei e outras instituições locais. Processo 08767.000062/2022-85;

d) Apoio à realização do Ritual da Menina Moça Nambikwara, a festa considerada como um processo de troca de conhecimento entre grupos. Apoiado pela Coordenação Regional Cuiabá (CR-CGB). Processo 08755.000211/2022-45;

e) Apoio à realização do Ritual Funerário Nambikwara. Apoiado pela CR-CGB. Processo 08755.000211/2022-45; e

f) Apoio à realização do Ritual Funerário Bororo. Apoiado pela CR-CGB. Processo 08755.000211/2022-45.

ABRIL - 01 ação:

a) Apoio técnico e logístico para a realização da 5ª etapa - 1º Tempo Aldeia do Curso de Magistério Indígena Parakanã no posto de apoio Taxaokoakwera (TXK) e nas aldeias Itaoenawa e Xataopawa, realizado 14/04/2022. Executado pela CR-BTO no âmbito do ACT Funai/IFPA. Processo 08770.000834/2021-49.

MAIO - 05 ações:

a) Apoio técnico e logístico para a 5ª Oficina de elaboração de PPP no Oiapoque, realizada entre 15 e 20/05/2022. Executado pela CR-ANP. Processo 08767.000056/2017-61;

b) Apoio técnico e logístico para a realização do Encontro de Educação Tupinambá, entre 20/05 e 22/05/2022 no Território Tupinambá, aldeia Muratuba. Município de Muratuba-PA. Executado pela CR-TPJ. Processo 08764.000027/2022-96;

c) Apoio técnico e logístico para a II Oficina pedagógica para a discussão sobre as Diretrizes da Educação Escolar Indígena dos Munduruku e Apiaká do Planalto, na aldeia de Ipaupixuna, Planalto Santareno. Realizado entre 05/05 e 07/05/2022, com o apoio da CR-TPJ. Processo 08764.0000027/2022-96;

d) Apoio técnico e logístico ao Projeto Itaybititayau, Ibabiyau: fortalecendo o saber tradicional Munduruku, realizado na TI Munduruku, realizado entre 28/05 e 02/06/2022 Terra Indígena Munduruku, aldeia Katô Município de Jacareacanga-PA, com o apoio da CR-TPJ. Processo 08764.000085/2022-10;

e) Apoio técnico e logístico ao VII Encontro Pusuruduk, organizado pela Associação Aríko, que reúne professores Munduruku do Alto Tapajós, com o intuito de retomar as discussões sobre a valorização dos professores indígenas, a elaboração dos projetos pedagógicos e o reconhecimento da autonomia das escolas indígenas. Realizado entre 20 e 25/05/2022 na Terra Indígena Munduruku, Município de Jacareacanga-PA. Processo 08764.000027/2022-96.

JUNHO - 02 ações:

a) Apoio logístico à realização do Ritual Enawênê-Nawê: Yaókwo, na aldeia Kotokowinákwa. As etapas iniciaram em março, mas o ritual em si foi finalizado em meados de junho/2022 na Terra Indígena Enawênê-Nawê, municípios de Comodoro-MT, Sapezal-MT, Juína-MT. Executado pela CR-NOMT. Processo 08789.000005/2022-48;

b) Apoio técnico e orçamentário ao Encontro Pedagógico Indígena 2022: Tecendo os saberes Munduruku nos conhecimentos sistemáticos da Educação Escolar. Realizado entre 15 e 18/06/2022 no município de Itaituba-PA, com a participação de representantes das Terras Indígenas: TI Sawré Bap'in; T.I. Sawre Muybu; RI Praia do Índio e R.I. Praia do Mangue. Executado pela CR-TAP. Processo 08764.000099/2022-33.

JULHO - 02 ações:

a) Apoio técnico e orçamentário para a realização da 6ª Oficina de Elaboração de Projeto Político Pedagógico das escolas indígenas de Oiapoque, em parceria com a Organização dos Professores Indígenas de Oiapoque-OPIMO, na aldeia Manga, TI Uaçá, entre 05 e 09/07/2022. Executado pela CR-ANP. Processo 08767.000056/2017-61;

b) Apoio técnico e orçamentário para a realização do Projeto DZUBUKUÁ TUXÁ: Educação, Processos Identitários, Engajamento Étnico e Construção Cosmopolítica pela Aprendizagem da Língua Ancestral, de 21 a 24 de julho de 2022. Executado pela CR-BSF. Processo 08774.000099/2022-14.

AGOSTO - 02 ações

a) Diagnóstico de EEI na T.I. Areões (povo Xavante), realizado de 25/07 a 05 de agosto de 2022. Executado pela CR-RC. Processo 08100.000273/2022-51;

b) Diagnóstico de EEI ofertados aos Povos Indígenas das TIs Alto Rio Purus – 1ª Etapa indígenas Kulina (Santa Rosa do Purus - Manoel Urbano/AC) e Cabeceiras do Rio Acre (Assis Brasil/AC). Executado pela CR-APur. Processo 08779.000220/2022-68.

5. ANÁLISE DO RESULTADO

Apresentar informações qualitativas de análise do resultado, descrevendo situações que impactaram positiva ou negativamente o resultado. Poderão ser apresentados gráficos, imagens, tabelas, mapas e outros recursos visuais, elaborados a critério da unidade coordenadora da política.

A análise deve contemplar necessariamente os seguintes pontos:

- a) Pontos positivos durante a execução;
- b) Pontos negativos durante a execução;
- c) Alternativas elaboradas para enfrentar os pontos negativos.

Caso o documento SEI não comporte todos recursos visuais (máx. 20MB), é possível colocá-los como anexos ao documento

a) Pontos positivos durante a execução

1. Continuidade dos trabalhos e diálogos interinstitucionais para a qualificação do atendimento dos indígenas venezuelanos que se encontram no Brasil, na condição de migrantes ou refugiados, pauta do Governo Brasileiro executada por meio da Operação Acolhida (inc. Casa Civil), Ministério da Cidadania, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e da Funai. O Coordenador-Geral da CGPC e o Coordenador da COPE constam como pontos focais no Grupo de Discussão Venezuelanos Indígenas - GDIN da Operação Acolhida, e têm acompanhado a pauta regularmente. Há o acompanhamento de duas Ações Cíveis Públicas sobre o tema, e houve o planejamento para execução de duas ações de capacitação de (i) educadores e de (ii) servidores e outros agentes públicos que trabalhem com a pauta, a segunda ação em parceria potencial com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR, que renovou interesse de cooperação técnica sobre a questão, consubstanciada na minuta de Protocolo de Intenções n. 01/2021 FUNAI-ACNUR (SEI 3441062), atualmente em análise pela Presidência da Funai;
2. Com a flexibilização das restrições impostas pela pandemia, a CGPC retomou os apoios às atividades prioritárias como os rituais, reuniões e assembleias de mulheres, reunião de professores, oficinas e processos de diagnósticos da EEI nas comunidades indígenas;
3. A Cope/CGPC realizou reuniões referentes à qualificação da oferta de Ensino Médio Técnico Específico e diferenciado para povos indígenas. Dentre elas, com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM, acerca da viabilidade de implementação de novos Planos de Trabalho em outros campi. Ainda quanto a possíveis parcerias para a oferta de Ensino Médio Técnico, foram realizadas reuniões com a Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento (CGEtno) e *campus* Colorado-RO do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia-IFRO, para oferta de cursos específicos às comunidades de Rondônia;
4. Sobre o tema línguas indígenas, participamos de reuniões com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, no âmbito do Plano de ação global da Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032).
5. No que se refere às ações de qualificação da Educação Escolar Indígena, participamos das reuniões do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) sobre a construção de escolas indígenas, coordenado pela Diretoria de Políticas para Modalidades Especializadas de Educação e Tradições Culturais Brasileiras - DMESP/MEC e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE. Finalizamos o processo seletivo para consultores contratados para entrega de produtos ao FNDE referentes à Assistência Técnica e Monitoramento dos programas de manutenção escolar (Programa Dinheiro Direto na Escola, Programa Nacional de Apoio ao Transporte - PNATE Escolar e Programa Caminho da Escola e Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE) voltadas para os povos indígenas. Um dos produtos finais será a capacitação de servidores das Coordenações Regionais para atuarem especialmente junto às comunidades, além de secretarias de educação, nos temas relacionados aos programas.
6. O novo [Plano Nacional de Recursos Hídricos \(PNRH 2022-2040\)](#) foi aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) em sua 51ª reunião extraordinária, ocorrida no dia 22 de março de 2022. Sua elaboração contou com a participação ativa da Funai e de representantes indígenas em todo o seu ciclo de elaboração. A [Estratégia Nacional para o Gerenciamento de Recursos Hídricos](#) aprovada conta com macrodiretrizes de 4

diferentes programas que dizem respeito diretamente a povos e/ou territórios indígenas é, em parte, fruto do esforço institucional da Funai e do engajamento dos servidores e representantes indígenas que atuaram no processo, ao longo de 2021. Sob a coordenação da COPAM/CGGAM, está em andamento uma articulação intersetorial, envolvendo a COPE/CGPC e a CGPDS, para trabalhar estas diretrizes junto a servidores da Funai e indígenas a fim de qualificar a participação nos Comitês de Bacias Hidrográficas, envolvendo professores, agentes indígenas de saúde -AIS, agentes indígenas de saneamento - AISAN, e demais atores e órgãos, através de oficinas a serem realizadas nas 5 regiões do país, a partir de julho de 2022;

7. Ampliação das áreas de atuação da Cogen, com o destaque para reuniões de mulheres realizadas na região nordeste, e em áreas de abrangência das Coordenações Regionais Alto Purus e Vale do Javari.

b) Pontos negativos durante a execução

1. A concentração da autorização de deslocamentos na Funai/Sede para a execução de agendas das unidades descentralizadas, dificultando a execução da Política Pública - CGPC;
2. Permanece sem solução a paralisação da concessão do auxílio financeiro aos indígenas na execução de ações de competência da CGPC, a partir da constatação da necessidade de regularização da execução orçamentária pela Funai nesse elemento de despesa;
3. Dificuldades estruturais enfrentadas pela Funai em decorrência do número insuficiente de servidores em todas as áreas. Nas Coordenações Regionais, o número reduzido de servidores na área meio resulta na falta de contratos para suporte das ações finalísticas. Por sua vez, na área finalística, a demanda das pautas emergenciais da CGPDS sobrecarrega os poucos servidores lotados nos Sediscs;
4. Concentração do número de solicitações para emissão de autorizações para construção de escolas em Terras Indígenas em períodos eleitorais;
5. Número reduzido de servidores e dificuldade técnica da Coordenação de Gênero, Assuntos Geracionais e Participação Social – Cogen/CGPC em elaborar e promover processos de formação continuada dos servidores das CRs;
6. Falta de protocolos e de roteiros de entrevistas para atendimento às demandas de Direito à Convivência Familiar e Comunitária, de Violência Contra Mulheres e relativas a indígenas em situação de privação de liberdade;
7. Falta de sistematização do fluxo processual entre PFE-Funai, DPDS, CGPC e CRs para a participação adequada da Funai nos processos de Direito à Convivência Familiar e Comunitária, Violência Contra Mulheres e relativos a indígenas em situação de privação de liberdade;
8. Mesmo que já justificado pela CGGE nos documentos de análise dos relatórios da CGPC, ainda consideramos pertinente registrar nossa crítica quanto à falta de modelo único de formulários padronizados de Plano Anual de Trabalho (PAT) e de Relatório de Atividades Executadas (RAE) para a coleta de dados de interesse da instituição, evitando instrumentos distintos em cada coordenação. A proposta visa estabelecer convergência entre os Relatórios: do Siope, de Gestão, dos RMTs do Planejamento Estratégico da Funai, do Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça e do Plano Plurianual (PPA);

c) Alternativas elaboradas para enfrentar os pontos negativos.

1. Estamos trabalhando na construção de uma Matriz de Monitoramento única da CGPC, uma vez que até então o processo se dava em arquivos elaborados separadamente pelas Coordenações de área;
2. Elaboração de roteiro com a finalidade de orientar a confecção de relatório antropológico em processos judiciais relacionadas à indígenas em situação de privação de liberdade.

6. PROJETOS	
Para preenchimento deste campo, atentar-se para a definição de projeto segundo o Guia PMBOK: “projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo”.	
6.1 Projetos Estratégicos	
Caso a política pública contenha algum projeto da Carteira de Projetos Estratégicos , a unidade deverá apresentar a execução do cronograma do projeto no quadrimestre. São informações que necessariamente devem ser abordadas neste campo: a) Pontos positivos e negativos durante a execução do cronograma e as alternativas propostas para enfrentamento dos pontos negativos; b) Avaliação dos principais desafios e oportunidades em relação à execução do próximo quadrimestre.	
Nome do Projeto:	PROJETO DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA - PDEEI
Caracterização do Projeto:	Implementar sistema para a parametrização, análise, facilitação gráfica e armazenamento de dados quantitativos e qualitativos dos diálogos comunitários para o Diagnóstico da Educação Escolar Indígena.

O roteiro foi produzido pelos técnicos da Cope/CPGC, com o objetivo de contribuir para que as políticas públicas da Educação Escolar Indígena (EEI) se adequem à legislação. O formulário foi elaborado a partir das regulamentações do Conselho Nacional de Educação (CNE): a resolução 3/99, a 5/2012 e a 1/2015, que orientam a aplicação das leis sobre o direito a uma educação escolar indígena específica, diferenciada, intercultural e bilíngue/multilíngue, de forma a valorizar e fortalecer a autonomia das comunidades na gestão da educação.

A proposta metodológica é a de que, a partir da promoção de um espaço de diálogo comunitário, professores indígenas, comunidade e servidores da Funai preencham o roteiro de Diagnóstico da Educação Escolar Indígena, que reúne dados que fundamentam a melhoria da atuação da Funai e das comunidades indígenas junto aos responsáveis pela oferta do serviço de educação escolar, também em temas como aspectos operacionais do funcionamento e gestão da escola. Pretende-se, assim, que a realização do diagnóstico estimule debates comunitários sobre os direitos educacionais indígenas, contribuindo para o controle social sobre a oferta de educação escolar em cada comunidade.

Considerando que a maioria dos casos a aplicação do diagnóstico refere-se ao atendimento de demandas espontâneas das comunidades, dada a relevância das informações coletadas observou-se a necessidade de desenvolver a implementação do diagnóstico com um planejamento mais pormenorizado, de forma que ofereça condições mais adequadas para tabulação dos dados, com definição de indicadores e variáveis que possibilitem mensurar a situação da educação escolar nas comunidades indígenas, observando aspectos quantitativos, e mais especificamente os aspectos qualitativos.

Para a qualificação dos dados coletados no novo modelo de roteiro de Diagnóstico da EEI identifica-se a necessidade do desenvolvimento de uma ferramenta de informática que possibilite a parametrização, análise, facilitação gráfica e armazenamento das informações construídas nos encontros. Como alternativa à concretização do projeto, pretende-se utilizar recursos tecnológicos já existentes na Funai, como o software *Power BI*.

Cronograma de execução:

Atualmente o projeto encontra-se em execução com a aplicação do roteiro, ainda em formato físico, pelas Coordenações Regionais, das quais se espera sugestões para aprimoramento do roteiro, bem como para identificarmos eventuais ajustes na escolha de áreas prioritárias para executarmos nossos pilotos.

Como pontos positivos identificamos:

- Além dos já abordados, destacamos como ponto positivo o aprofundamento das reflexões da equipe sobre quais outros dados impactam na oferta da EEI, especialmente os qualitativos, e como tratá-los de modo a refletir como indicadores mensuráveis;
- Finalizamos e distribuímos o novo Roteiro e o Guia Mediador para a aplicação do Diagnóstico da Educação Escolar Indígena às Coordenações Regionais que inseriram a demanda por diagnóstico nos PATs de 2022.

Como pontos negativos destacamos:

- Como negativo, identificamos que o excesso de projetos e processos com demandas imediatistas no âmbito da Cope/CGPC acarreta atrasos na entrega dos produtos mais estruturantes, mesmo que priorizados na coordenação.

As alternativas elaboradas para enfrentar os pontos negativos são:

- Entre os dias 04 e 05/08 realizamos reuniões virtuais com as Coordenações Regionais que preveem aplicar o diagnósticos ainda em 2022, nas quais apresentamos, além dos materiais, a metodologia para aplicação do diagnóstico.

Desafios e oportunidades em relação à execução do próximo quadrimestre.

- Estabelecer procedimentos para a sistematização dos dados, especialmente os dados dissertativos.

O Projeto Diagnóstico da Educação Escolar Indígena foi detalhado no modelo de Termo de Abertura de Processo (TAP) SEI nº 2729172, do Processo 08620.010712/2020-01.

6.2 Outros Projetos	
Campo destinado à descrição da execução do cronograma de projetos não previstos na Carteira de Projetos Estratégicos da Fundação, se houver. São informações que necessariamente devem ser abordadas neste campo: a) Pontos positivos e negativos durante a execução do cronograma e as alternativas propostas para enfrentamento dos pontos negativos; b) Avaliação dos principais desafios e oportunidades em relação à execução do próximo quadrimestre.	
Nome do Projeto:	ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA s/n/2019 Funai / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)
Caracterização do Projeto:	Fomentar a oferta dos cursos de nível Médio Técnico específicos ao povo Awaete-Parakanã.

A celebração de instrumentos de cooperação com instituições de ensino constitui elemento fundamental para a indução e aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas à educação indígena, uma vez que propõem demonstrar alternativas viáveis para a oferta de educação profissional específica, diferenciada e de qualidade, que atenda os projetos societários dos povos indígenas.

O primeiro projeto de parceria foi o Projeto Ibaorebu de Formação Integral Munduruku, colaboração entre Funai e o *campus* de Itaituba-PA do IFPA que, entre os anos de 2009 e 2016, que formou 210 estudantes Munduruku do Médio e Alto Tapajós nos cursos de Ensino Médio Técnico em Agroecologia, Enfermagem e Magistério interculturais. O objetivo dos diálogos entre a CGPC e Institutos Federais de Educação é desenvolver projetos pilotos de educação intercultural, com a oferta de cursos específicos que prevêm o envolvimento dos campi distribuídos em municípios próximos às comunidades indígenas.

Nesse sentido, fruto de discussões e qualificação técnica da Cope/CGPC, em setembro de 2019, a Funai firmou o Acordo de Cooperação Técnica s/nº 2019 Funai/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA, que atualmente atende 101 (cento e um) estudantes do povo Awaete-Parakanã matriculados nos cursos Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Magistério Integrado ao Ensino Médio, oferecidos pelo *campus* Rural de Marabá/IFPA.

Além de colaborações técnicas ao longo do processo de concepção e implementação dos cursos, a Funai apoia a promoção da participação dos indígenas nas discussões das propostas e avaliação dos cursos, e viabiliza que os módulos dos cursos sejam realizados nas comunidades indígenas, por meio do apoio ao deslocamento dos docentes do IFPA às aldeias, uma vez que os Institutos Federais de Educação ainda não contam com linha de fomento para essa natureza de deslocamento (despesa).

a) Pontos positivos e negativos durante a execução do cronograma e as alternativas propostas para enfrentamento dos pontos negativos;

No segundo quadrimestre a execução do ACT foi comprometida em razão de conflitos na Terra Indígena Parakanã, porém foram mantidos diálogos técnicos com o IFPA.

b) Avaliação dos principais desafios e oportunidades em relação à execução do próximo quadrimestre.

Diante das questões enfrentadas, avalia-se que a boa articulação interinstitucional favoreceu a realização dos trabalhos, o que nos leva a registrar o grande empenho da Coordenação Regional de Baixo Tocantins para a devida concretização do planejamento, apesar das dificuldades logísticas e de pessoal que enfrenta. Para o próximo quadrimestre, espera-se contar com circunstâncias externas mais favoráveis para o andamento dos cursos, visto que a confiança entre o IFPA e os indígenas foi estabelecida, e os mesmos encontram-se satisfeitos com os cursos e com as estruturas físicas de boa qualidade proporcionadas pelo Programa Parakanã para execução das aulas na Terra Indígena.

O detalhamento da celebração do ACT Funai/IFPA (SEI 1679006) e respectivo Plano de Trabalho (SEI 1678997), constam no Processo 08620.001072/2011-40.

Nome do Projeto:	ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 12/2020 Funai / Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat
Caracterização do Projeto:	Apoiar a formação de professores indígenas de Mato Grosso em cursos de Licenciatura e Pedagogia Interculturais.

Em 2001, a Faculdade Intercultural Indígena da Universidade do Estado de Mato Grosso - Faindi/Unemat, localizada no *campus* de Barra do Bugres, inaugurou o primeiro curso de graduação intercultural, específico e diferenciado para a formação de professores indígenas. Dada a relevância da iniciativa da Faindi/Unemat à educação escolar indígena, no ano de 2002 a Funai firmou um Acordo de cooperação Técnica o qual, até o ano de 2015, apoiou a formação de 1.600 (mil e seiscentos) professores indígenas dentre os 30 (trinta) povos do estado de Mato Grosso.

Após o término da vigência do ACT, as instituições mantiveram diálogos no sentido de celebrar nova parceria, considerando a contribuição da Faindi/Unemat à formação de professores indígenas, requisito essencial para a efetivação da oferta de educação escolar de fato específica e diferenciada aos povos indígenas. Assim, fruto dos diálogos anteriores, em dezembro de 2020 a Funai firmou o Acordo de Cooperação Técnica 12/2020 Funai/Unemat (SEI 2469010), que atualmente beneficia diretamente apoia 111 (cento e onze) acadêmicos de 14 (catorze) povos indígenas do estado de Mato Grosso matriculados nos cursos de nível superior de Licenciatura Intercultural e Pedagogia Intercultural.

Considerando a complexidade dos custos de logística no interior de alguns territórios indígenas, a Funai firmou o compromisso de conceder auxílio financeiro às(aos) acadêmicas(os) para complementar o custeio com os deslocamentos de suas comunidades de origem até locais de acesso a transporte rodoviário, cabendo à Unemat providenciar o deslocamento rodoviário até o *campus* de Barra do Bugres. A nova parceria não se restringe a apoios aos deslocamentos de acadêmicos, no sentido de superar os obstáculos socioeconômicos, mas prevê também o desenvolvimento de trabalhos técnicos conjuntos, a exemplo da formação de professores indígenas para a realização de Diagnósticos da Educação Escolar Indígena.

a) Pontos positivos e negativos durante a execução do cronograma e as alternativas propostas para enfrentamento dos pontos negativos;

A execução do ACT permanece prejudicada em razão da paralisação da concessão do auxílio financeiro aos acadêmicos.

b) Avaliação dos principais desafios e oportunidades em relação à execução do próximo quadrimestre.

O principal desafio para o próximo quadrimestre é buscar soluções que regularizem os termos do ACT, mediante disponibilidade orçamentária e atividades exequíveis às Coordenações Regionais.

7. INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA									
Preencher a tabela abaixo sobre os instrumentos de execução orçamentária utilizados durante a execução da política. Atentar para o glossário e para as orientações de preenchimento descritas abaixo da tabela.									
Fonte / Origem	AO	PO	Valor Total	Descentralizado		Empenhado		Liquidado	
				Valor	%	Valor	%	Valor	%
Orçamento Federal	21BO	003 e 00G	5.489,564,00	174.912,00	3.18 %	174.186,00	3.17%	18.348,00	0,33%
Orçamento Federal (Recurso de Emenda Parlamentar)									
TEDs									
Convênios									
Renda Indígena									
Outras Fontes*									
Total									
Observações:	Dados referente ao 2º Quadrimestre. Fonte (SEI 4506266)								

Glossário:									
• Coluna “Fonte / Origem”: Origem de recursos postos à disposição do gestor para a execução da política pública em questão. Os Ted’s e Convênios referem-se aos instrumentos em que a FUNAI figura como executor e não repassador, ou seja, recursos não próprios que ela executa; • Valor Total: Indicar o valor total dos instrumentos em execução; • Coluna “AO”: Código da “Ação Orçamentária”; • Coluna “PO”: Código do “Plano Orçamentário”; • As Colunas “Descentralizado, Empenhado e Liquidado”: informam os valores de cada fonte que já foram destinados para o cumprimento de ações nos diferentes estágios da execução orçamentária. Subcoluna “Valor” refere-se aos valores em reais dos recursos originados de cada fonte. A subcoluna “%” ao lado de cada valor refere-se ao percentual tendo por denominador o Valor Total. • A linha “Total”: Soma dos campos acima, à exceção dos percentuais que devem ser calculados tomando por referência a Soma “S”.									

7.1 Análise da Execução Orçamentária
Apresentar análise dos diferentes estágios da execução orçamentária, os principais desafios e oportunidades em relação ao quadrimestre anterior.
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

8. INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO
Informar os instrumentos de execução utilizados para a execução da política. Considerar os instrumentos constantes na tabela abaixo. Não são considerados instrumentos de execução, os instrumentos internos de planejamento e descentralização dos recursos, como PAT, SPO e Notas de Crédito. Para preenchimento da tabela, atentar para o glossário e para as orientações de preenchimento descritas abaixo da tabela..

8.1 ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO
8.1.1 Ensino Superior

Atualmente a CGPC conta com 04 (quatro) Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com instituições de Ensino Superior, que apoiam o acesso de 147 (cento e quarenta e sete) indígenas em cursos de graduação, dos quais 111 (cento e onze) estão matriculados em cursos Interculturais de formação de professores (Licenciatura e Pedagogia Interculturais).

A baixa execução orçamentária deve-se ao impacto da restrição do pagamento de auxílio financeiro aos acadêmicos previsto na maioria dos ACTs.

i) *Acordos de Cooperação Técnica vigentes e respectivos compromissos assumidos pela Funai:*

1) ACT nº 02/2011 Funai/Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS): auxílio financeiro para passagens terrestres para 03 (três) acadêmicos. Orçamento executado no 1º e no 2º quadrimestres: sem execução orçamentária devido à paralisação de concessão de auxílio financeiro pela Funai;

2) ACT nº 02/2015 Funai/Universidade de Brasília (UnB): custeio com passagens aéreas e concessão de auxílio financeiro para custear deslocamentos terrestres e/ou fluviais para 17 (dezessete) acadêmicos. executado no 1º e no 2º quadrimestres: sem execução orçamentária em razão da ausência de solicitações para emissão de passagens;

3) ACT nº 01/2016 Funai/Universidade do Estado de Mato Grosso do Sul (UEMS): fornecimento de passes de ônibus urbanos para 16 (dezesseis) acadêmicos. Orçamento executado de janeiro a abril de 2022: sem execução orçamentária em razão da ausência de demanda até abril de 2022; **Orçamento executado de maio a agosto de 2022: R\$ 13.608,00 (treze mil seiscentos e oito reais); e**

4) ACT 012/2020 Funai/Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat): apoio ao deslocamento de 111 (cento e onze) acadêmicos indígenas matriculados nos cursos de Licenciatura Intercultural e Pedagogia Intercultural da Faculdade Intercultural Indígena (Faindi/Unemat), de suas comunidades (todas no estado de Mato Grosso) até o local de embarque rodoviário. O trecho do local de embarque até a Faindi/Unemat, localizada no *campus* de Barra do Bugres-MT, fica sob responsabilidade da Unemat. Orçamento executado no 1º e no 2º quadrimestres: sem execução orçamentária devido à paralisação de concessão de auxílio financeiro pela Funai.

8.1.2 Ensino Médio Técnico Intercultural e Educação Profissional

Em continuidade aos diálogos voltados à discussão e implantação de cursos de educação profissional, de diferentes modalidades, com ênfase no ensino médio técnico, a Cope/CGPC vem consolidando as propostas de formalização de parcerias com os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs), que visam contribuir na criação de políticas de educação profissional, observando as especificidades dos povos indígenas e seus projetos de autonomia e sustentabilidade, bem como melhorar as condições de acesso de jovens e adultos indígenas à educação profissional.

i) *Acordos de Cooperação Técnica vigentes e respectivos compromissos assumidos pela Funai:*

1) ACT s/n/2019 Funai e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA: apoio à formação de 101 (cento e um) estudantes do povo Parakanã matriculados nos cursos Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Magistério Integrado ao Ensino Médio oferecidos pelo *campus* Rural de Marabá/IFPA, por meio do fomento de deslocamentos dos estudantes entre aldeias e apoio ao deslocamento dos docentes do IFPA às aldeias, uma vez que os Institutos Federais de Educação ainda não contam com linha de fomento para essa natureza de deslocamento. **Valor executado de janeiro a abril de 2022: R\$ 13.620,00 (treze mil seiscentos e vinte reais); Orçamento executado de maio a agosto de 2022: R\$ 12.792,00 (doze mil setecentos e noventa e dois reais)**, referente aos custos com reuniões da Coordenação Regional Baixo Tocantins com os Parakanã deslocamentos de professores do IFPA e servidores da Funai à T.I. Parakanã para reuniões e oferta dos módulos dos cursos de Agroecologia e Magistério Indígena; e

2) ACT nº 43/2021 Funai e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM: assinado pela Presidência da Funai em 17 de janeiro de 2022, ainda não iniciou-se a execução do Plano de Trabalho (3695768), que prevê o apoio ao deslocamento dos docentes do IFAM à T.I. Jarawara, para ministrar o curso de Ensino Médio Técnico em Florestas Jarawara até a conclusão do curso. O Plano de Trabalho trata-se da continuidade do apoio até então solicitado nos Planos Anuais de Trabalho da Coordenação Regional Médio Purus (CR-MPUR) submetidos à aprovação da Cope/CGPC.

ii) *Acordos de Cooperação Técnica em discussão:*

- a) Funai e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, em fase de qualificação técnica;
- b) Funai e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT, em fase de qualificação técnica;
- c) Funai e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, em fase de qualificação técnica;
- d) Funai e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins - IFTO, em fase de qualificação técnica;

8.2 BRA 13/019 - COOPERAÇÃO TÉCNICA FUNAI E PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD

O BRA 13/019, instrumento de Cooperação Técnica com organismo internacional firmado entre Funai e o PNUD, tem como objeto apoiar a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. Assim, o principal objetivo da política é garantir e promover a proteção, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas.

Dentre outras Coordenações Gerais da Funai, a CGPC apresentou 06 propostas de projetos para execução no âmbito do BRA 13/19, mediante a contratação de consultoras(es) especialistas para a entrega dos seguintes produtos:

1) Manual de Gestão Escolar Indígena. Processo nº 08620.003034/2021-01. Em execução. Valor total do contrato: R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais). Produtos entregues no 1º quadrimestre/2022: *Produto 1 - Documento Base* (SEI 3940499). Valor: R\$ 8.000,00 (oito mil reais); e *Produto 02 - Proposta Metodológica Atividade Capacitação* (SEI 4026749). Valor: R\$ 7.000,00 (sete mil reais). Valor executado no 1º quadrimestre/2022: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Produtos entregues entre maio e agosto de 2022: *Produto 03 - Legislação e Boas Práticas de Gestão* (4503985). Valor: **R\$ 16.000,00** (dezesseis mil reais). Valor Total Executado: R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais).

2) Manual de Agroecologia, Manejos Tradicionais e Associativismo. Processo nº 08620.003034/2021-01. Em execução. Valor total do contrato: R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais). Sem entregas entre janeiro e abril de 2022: Produtos entregues entre maio e agosto de 2022: *Produto 1 - Documento Base* (4340388). Valor: R\$ 8.000,00 (oito mil reais). Valor Executado entre maio e agosto/2022: R\$ 8.000,00 (oito mil reais). Valor Total Executado: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

3) Documento Técnico com diretrizes e orientações para ações educativas para povos de recente contato, Processo nº 08620.003047/2021-72. Em execução. Valor total do contrato: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Produtos entregues entre janeiro e abril/2022: *Produto 1 - Documento Base* (SEI 4018650). Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Valor total executado entre janeiro e março/2022: R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Sem produtos entregues entre maio e agosto de 2022.

4) Oficinas Regionais de Educação Profissional e Povos Indígenas: Perspectivas de projetos de formação para interculturalidade e sustentabilidade. Processo nº 08620.005480/2021-42). Inviabilizado devido ao prazo expirado.

5) Dossiê com registro de conhecimentos, práticas culturais e produção de metodologia de oficina participativa, sobre mudanças climáticas, gestão ambiental, territorial com ênfase na participação das mulheres indígenas residentes no Bioma Cerrado. Processo nº 08620.002293/2021-15. Valor total do contrato: R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais). Durante o mês de março foram realizadas algumas reuniões com a consultora para definir as etnias, em seguida, a mesma apresentou Proposta Metodológica (Produto 01). A partir da definição das etnias e da metodologia, iniciou-se a fase de articulação com as Coordenações Regionais para a realização do trabalho de campo, que ocorreu no mês de maio. Produtos entregues entre janeiro e abril/2022: *Produto 01 - Proposta metodológica e conceitual do Dossiê* (SEI 4092398). Valor: R\$ 8.000,00 (oito mil reais); e *Relatório Produto 02* (SEI 4092413). Valor: R\$ 12.000 (doze mil reais). Valor executado entre janeiro e abril/2022: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Produtos entregues entre maio e agosto/2022: *Produto 03 - Dossiê contendo registro de conhecimento e práticas vivenciadas/experimentadas por mulheres indígenas, com ênfase em seus arranjos para proteção ambiental, promoção cultural e fortalecimento da organização social, para o enfrentamento das mudanças climáticas no Bioma Cerrado* (SEI 4440000). Valor R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). *Produto 04 - Proposta metodológica de oficinas destinadas à transmissão e compartilhamento de conhecimentos e práticas entre mulheres e comunidades indígenas localizadas no Bioma Cerrado* (SEI 4440006 e 4440020) Valor R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Valor Total Executado: R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

6) Dossiê com registro de conhecimentos, práticas culturais e produção de metodologia de oficina participativa, sobre mudanças climáticas, gestão ambiental, territorial com ênfase na participação das mulheres indígenas residentes no Bioma Caatinga. Processo nº 08620.002297/2021-95. Em execução Valor total do contrato: R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais). Produtos entregues no 1º quadrimestre/2022: *Produto 01 - Proposta metodológica e conceitual do Dossiê* (SEI 4150443). Valor: R\$ 8.000 (oito mil reais). Valor executado entre janeiro e março/2022: R\$ 8.000,00 (oito mil reais). Produtos entregues entre maio e agosto/2022: *Produto 03 - Dossiê contendo registro de conhecimento e práticas vivenciadas/experimentadas por mulheres indígenas, com ênfase em seus arranjos para proteção ambiental, promoção cultural e fortalecimento da organização social, para o enfrentamento das mudanças climáticas no Bioma Caatinga* (SEI 4439954). Valor R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). *Produto 04 - Proposta metodológica de oficinas destinadas à transmissão e compartilhamento de conhecimentos e práticas entre mulheres e comunidades indígenas localizadas no Bioma Caatinga* (SEI 4439979) Valor R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Valor Total Executado: R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

VALOR TOTAL EXECUTADO: R\$ 159.000,00

Instrumentos	Total de Instrumentos	Situação (quantitativo)			Valor Total de Recursos (em execução e concluído)	Emenda Parlamentar (% valor total)
		Em preparação	Em execução	Concluído		
Convênio	0	0	0	0	0	n.s.a
TED	0	0	0	0	0	n.s.a
Contrato - Aquisição Direta (doações)	0	0	0	0	0	n.s.a
Contrato - Aquisição Direta (uso próprio) (considerar apenas contratos nacionais e que atendam com exclusividade a política)	0	0	0	0	0	n.s.a
Transfêrencia Fundo a Fundo	0	0	0	0		n.s.a

Acordos de Cooperação	10	04	06	0	42.020,00	n.s.a
Cooperações firmadas com organismos internacionais	01	0	01	0	159.000,00	n.s.a
Outros**						
Total						
Observações:						

Glossário:						
Coluna “Instrumentos”: Informar os instrumentos que a política utiliza para executar as suas ações, podendo figurar em qualquer dos lados do instrumento, seja como repassador ou como executor. A execução do orçamento federal diretamente pela FUNAI, seja pela sede ou pelas unidades descentralizadas, é registrada na linha “<i>Contrato – Aquisição Direta (uso próprio)</i>”. Coluna “Total de Instrumentos”: Refere-se ao quantitativo de cada instrumento utilizado na implementação da política, ou seja, quantos convênios, quantos TED’s, contratos e assim por diante. Coluna “Situação Quantitativo”: Refere-se ao mesmo quantitativo da coluna anterior, porém dividido em três etapas ou situações. Do total de instrumentos, quantos estão: em preparação: sem nenhum empenho; em execução: parcialmente ou totalmente empenhados ou parcialmente liquidados; concluídos: totalmente liquidados. Deve-se informar somente os instrumentos concluídos durante o exercício em curso. *A soma desses três itens deve ser igual ao quantitativo informado na coluna anterior “Total de Instrumentos”. Coluna “Valor Total de Recursos”: Indicar o valor total (em reais) dos instrumentos em execução. Não serão informados valores de instrumentos que se encontram em fase de preparação. Coluna “Emenda Parlamentar”: Deve-se informar qual os percentuais do valor total desses instrumentos correspondem a Emendas Parlamentares. IMPORTANTE! Outras orientações de preenchimento: Quantitativos e valores: Os quantitativos e valores em reais devem ser preenchidos com números inteiros e os percentuais com uma casa decimal. - Se o instrumento em questão não estiver sendo utilizado pela política, deve-se atribuir o número zero (0) em vez de deixar o campo em branco. - Quando o valor existente for maior que zero, mas não foi possível coletar a informação a tempo ou com confiabilidade, deve-se inserir a observação “Não Informado”. Nesse caso, ou caso a informação seja parcial, exige-se que uma justificativa seja apresentada abaixo da tabela com o uso do asterisco (*) NSA (não se aplica): Deve ser utilizado quando o instrumento celebrado não previr recursos específicos para o cumprimento do objeto, situação comum em Acordos de Cooperação Técnica. Ou quando o dado for ausente de significado, por exemplo, na coluna Emenda Parlamentar (% valor total) quando o valor total for igual a zero insere-se NSA nesse campo, pelo fato de não existir divisão por zero. Linha “Outros”: Deve ser explicitado ao pé da tabela do que se trata. Se for um instrumento significativo, de importância capital para a política, pode ser explicitado acrescentando-se mais uma linha à tabela.						

9. RISCOS					
Apresentar os principais riscos associados à política pública e indicar as medidas adotadas para mitigar ou eliminar os eventos de risco identificados.					
Usar a tabela de gestão de riscos construída no Formulário de Detalhamento e descrever o monitoramento por risco apresentado. Atentar ao glossário e orientações abaixo da matriz.					
Tipo de Risco:	Evento de Risco	Gravidade (impacto potencial)	Tendência (probabilidade de ocorrer)	Plano de Contingência	Resposta ao Risco:
(1) Externo; (2) Operacional; (3) Legal; (4) Financeiro e orçamentário					(1) Aceitar o risco (2) Mitigar o risco (3) Transferir o risco (4) Evitar o risco
1	Carência de recursos humanos, em especial nas CRs e CTLs da Funai.	Alta	Alta	Incentivar a realocação e transferência de servidores de Unidades melhor contempladas; Realização de concurso	2
2 e 4	Risco de não execução das ações pelas CRs devido à aprovação tardia da LOA e por consequência demora na descentralização de recursos pela Sede.	Alta	Alta	Realizar gestões para parcerias que permitam recebimento de repasses orçamentários	2
1	Baixa disponibilidade de recursos orçamentários nas Instituições e Órgãos da educação para ações e projetos específicos para povos indígenas	Média	Alta	Realizar gestões e apresentar proposições de criação de programas que atendam as especificidades das línguas indígenas, das demandas de educação profissional e de ações para o acesso e permanência no ensino superior	2
1 e 2	Falta de política de gestão da informação que potencialize ferramentas para análise de dados.	Média	Alta	Fazer as gestões necessárias com as áreas da Funai com domínio de tecnologia da informação, buscando potencializar recursos já existentes. Consolidar contatos e articulações com as instituições que produzem	2

				informações nesse campo (INEP, MEC/FNDE, Secretarias de Educação, SESU).	
2	Em alguns casos, pouco conhecimento, por parte das unidades descentralizadas da Funai e das Secretarias de Educação municipais e estaduais, sobre os princípios de educação intercultural e diferenciada, dos processos educativos dos povos indígenas, dificultando uma atuação mais propositiva da Funai junto às Secretarias de Educação, às Instituições de Ensino e às comunidade.	Média	Alta	Elaborar um plano de formação e capacitação para servidores que atuam nesse campo. Promover oficinas de capacitação, incentivar os servidores para o estudo e Incentivar o conhecimento da produção acadêmica e técnica sobre o assunto e disponibilizar estudos e publicações	2
1	Dificuldades administrativas por falta de contratos com fornecedores, dificuldades logísticas e operacionais nas CRs e CTLS que prejudicam a execução das atividades planejadas.	Alta	Média	Atender a necessidade de quadro técnico administrativo nas CRs. Investir na capacitação para melhoria da gestão. Aprimorar a comunicação com as Coordenações Regionais e a sede da Funai, em especial a área meio	3 e 4
2	Baixa priorização da pauta de educação por parte das entidades nacionais de representação indígenas	Alta	Alta	Sensibilizar sobre o caráter transversal da educação nas políticas e ações destinadas aos povos indígenas	2
1	Dificuldades do responsável legal pelas políticas e financiamento da educação escolar em estabelecer uma coordenação das ações e de monitorar a execução por estados e municípios.	Alta	Alta	Realizar gestões e diálogos, propor uma atuação mais articulada entre Funai e MEC	2 e 3
2	Falta de fluxo processual entre DPDS, PFE e CRs para a participação adequada nos processos de DCFC, Violência contra a mulher e dos indígenas em situação de privação de liberdade	Alta	Alta	Propor fluxos adequados que atendam os princípios de eficiência e economicidade	1
2	Ausência de qualificação dos servidores das CRs, falta de protocolos de atendimentos e roteiros de entrevistas, para atender as demandas DCFC Violência contra mulher e de indígenas em situação de privação de liberdade	Alta	Alta	Elaborar um plano de formação e capacitação para servidores que atuam nessas pautas. Promover oficinas de capacitação e grupos de trabalho para elaboração de protocolos e roteiros	1

Glossário:

- Tipos de Risco:**
- 1 - Risco externo: eventos que podem comprometer a confiança da sociedade (ou de parceiros, de clientes ou de fornecedores) em relação à capacidade do órgão em cumprir sua missão institucional;
 - 2 - Risco operacional: eventos que podem comprometer as atividades do órgão, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas;
 - 3 - Risco legal: eventos derivados de alterações legislativas ou normativas que podem comprometer as atividades do órgão;
 - 4 - Risco financeiro e orçamentário: eventos que podem comprometer a capacidade do órgão de contar com os recursos orçamentários e financeiros necessários à realização de suas atividades, ou, ainda, eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária, como atrasos no cronograma de licitações.

Evento de risco: Algo que pode acontecer. São situações em potencial, de origem interna ou externa, que podem provocar impactos negativos na consecução dos objetivos da organização;

Gravidade: é o efeito da ocorrência de um risco. É medido analisando-se o efeito do evento de risco, que terá um nível de impacto sobre o objetivo que deseja ser alcançado. Assim, deverão ser considerados critérios para a análise, como por exemplo: custo, prazo, reputação, qualidade, e escalas, que auxiliam na medição da gravidade (muito alta, alta, média, baixa, muito baixa);

Tendência: é a chance de o risco ocorrer. É medida analisando-se as causas ou o evento de risco considerando aspectos, como, por exemplo, frequência observada ou esperada. A avaliação dos riscos deve ser feita utilizando-se métodos de análise quantitativos, qualitativos ou a combinação de ambos (sem quantitativos), para definir o nível de risco; e escalas, que auxiliam na medição da tendência (muito alta, alta, média, baixa, muito baixa);

Plano de Contingência: alternativas de resposta para cada evento;

- Resposta ao Risco:**
- 1 - **Aceitar:** esta técnica indica que a equipe decidiu não trocar o plano da política para negociar com um risco ou não é possível fazer algo para identificar alguma outra estratégia de resposta apropriada. A aceitação ativa pode incluir desenvolver um plano de contingência para executar quando ocorrer um risco. A aceitação passiva não requer ação, deixando a equipe de projeto fazer um arranjo quando o risco ocorrer.
 - 2 - **Mitigar:** a mitigação procura reduzir a probabilidade e/ou consequências de um evento de risco de adverso para um aceitável. Tomar ações cedo para reduzir a probabilidade de uma ocorrência ou impacto no projeto é mais eficaz que tentar reparar as consequências depois de ocorrido.
 - 3 - **Transferir:** é procurar mudar a consequência de um risco para uma terceira parte junto com a responsabilidade da resposta. Transferindo o risco simplesmente daremos a outra parte a responsabilidade para gerenciar isto; isto não o elimina.
 - 4 - **Evitar:** é mudar o plano da política para eliminar o risco ou a condição ou para proteger os objetivos da política destes impactos. Embora a equipe não possa eliminar todos os eventos de risco, alguns riscos específicos podem ser evitados.

Artefato de controles implementados									
Preencher tendo como base a tabela anterior. Atentar ao glossário e orientações abaixo da tabela.									
Nº	Risco	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Controle de Risco	Tipo de Controle	Mecanismo de Implementação	Responsável	Prazo	
								Início	Fim
01	Carência de recursos humanos, em especial nas	Alto	2	Incentivar a realocação e transferência de	Corretivo	Disponilizar servidores da CGPC (Cogen e Cope) para colaborar com a força tarefa do	CGGP	out/2021	nov/2022

	CRs e CTLs da Funai.			servidores de Unidades melhor contempladas; Realização de concurso.		Vale do Javari			
02	Risco de não execução das ações pelas CRs devido à aprovação tardia da LOA e por consequência demora na descentralização de recursos pela Sede	Alto	2	Realizar gestões para parcerias que permitam recebimento de repasses orçamentários.	-	Extrapola a governabilidade da Funai	Poder executivo e legislativo	jan/2020	dez/2023
03	Baixa disponibilidade de recursos orçamentários nas Instituições e Órgãos da educação para ações e projetos específicos para povos indígenas	Alto	2	Realizar gestões e apresentar proposições de criação de programas que atendam as especificidades das linguas indígenas, das demandas de educação profissional e de ações para o acesso e permanência no ensino superior	Preventivo	Apenas entre 2020 e 2022 firmamos 02 (dois) Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com instituições públicas que ofertam ensino específico aos povos indígenas: de Nível Superior, a Unemat, e Nível Médio, o IFAM. A proposta visa demonstrar às Instituições de Ensino alternativas que subsidiam a formulação de políticas públicas, por exemplo, por meio da criação de linhas de fomento específicas.	Cope/CGPC	dez/2020	dez/2023
				Preventivo	Fomos procurados pelo IPHAN para dialogar quanto à viabilidade de parceria técnica-operacional na chamada pública do Projeto de documentação, ensino e aprendizagem e valorização de linguas indígenas	jan/2022		dez/2022	
04	Falta de política de gestão da informação que potencialize ferramentas para análise de dados	Médio	2	Realizar gestões junto à CGTic Fazer as gestões necessárias com as áreas da Funai com domínio de tecnologia da informação, buscando potencializar recursos já existentes. Consolidar contatos e articulações com as instituições que produzem informações nesse campo (INEP, MEC/FNDE, Secretarias de Educação, SESU)		Realizamos gestões junto à CGTic para a liberação de perfis de acesso a recursos tecnológicos já existentes na Funai, como o software <i>Power BI</i> , para a implementação do novo modelo de roteiro de Diagnóstico da EEI em ferramenta lque possibilite a parametrização, análise, facilitação gráfica e armazenamento de informações.	Cope/CGPC	ago/2021	set/2021
05	Em alguns casos, pouco conhecimento, por parte das unidades descentralizadas da Funai e das Secretarias de Educação municipais e estaduais, sobre os princípios de educação intercultural e diferenciada, dos processos educativos dos povos indígenas, dificultando uma atuação mais propositiva da Funai junto às Secretarias de Educação, às Instituições de Ensino e às comunidade.	Médio	2	Elaborar um plano de formação e capacitação para servidores que atuam nesse campo. Promover oficinas de capacitação, incentivar os servidores para o estudo e Incentivar o conhecimento da produção acadêmica e técnica sobre o assunto e disponibilizar estudos e publicações	Corretivo	Entre outubro e novembro de 2021, promovemos a Oficina “ <i>Processos educativos, gestão escolar e políticas de educação para povos indígenas</i> ”, voltada à atualização e formação de servidores de todas as Coordenações Regionais e Coordenações de Frentes de Proteção Etnoambiental.	Cope/CGPC	out/2021	nov/2021

06	Dificuldades administrativas por falta de contratos com fornecedores e dificuldades logísticas e operacionais nas CRs e CTLs, carências que prejudicam a execução das atividades planejadas.	Alta	3 e 4	Atender a necessidade de quadro técnico administrativo nas CRs. Investir na capacitação para melhoria da gestão. Aprimorar a comunicação com as Coordenações Regionais e a sede da Funai, em especial a área meio.	Corretivo	Como exemplo, em 02 ocasiões, por meio do Despacho Cope/CGCP SEI 3076179, de 12/05/2021, Despacho Cope/CGCP SEI 4063456, de 04/05/2022, manifestamos no processo 08782.000434/2021-02 apoio ao relato da CR-AS, quanto à falta de condições de funcionamento devido ao número insuficiente de servidores. O objetivo das nossas manifestações é demonstrar a série de ações importantes para a Cope que poderiam ser desenvolvidas na região e ficam prejudicadas devido à inviabilidade de execução.	Dages	jan/2020	dez/2023
07	Baixa priorização da pauta de educação por parte das entidades nacionais de representação indígenas.	Alta	2	Sensibilizar sobre o caráter transversal da educação nas políticas e ações destinadas aos povos indígenas	Preventivo	Capacitação de servidores da Funai para o diálogo com as entidades indígenas - promovemos a Oficina “ <i>Processos educativos, gestão escolar e políticas de educação para povos indígenas</i> ”	Cope/CGPC, CRs e entidades de representação indígenas	out/2021	nov/2021
08	Dificuldades do responsável legal pelas políticas e financiamento da educação escolar (MEC) em estabelecer uma coordenação das ações e de monitoramento da execução por estados e municípios.	Alta	2 e 3	Realizar gestões e diálogos, propor uma atuação mais articulada entre Funai e MEC.	Preventivo	Ações de acompanhamento, monitoramento e qualificação da oferta da EEI.	Cope/CGPC	jan/2020	dez/2023
09	Falta de fluxo processual entre DPDS, PFE e CRs para a participação adequada nos processos de DCFC, Violência contra a mulher e dos indígenas em situação de privação de liberdade.	Alta	1	Propor fluxos adequados que atendam os princípios de eficiência e economicidade.	Corretivo	Gestões para que a DPDS e PFE-Funai internalizem as propostas da Cogen/CGPC.	Cogen/CGPC	jan/2020	dez/2023
10	Ausência de qualificação dos servidores das CRs, falta de protocolos de atendimentos e roteiros de entrevistas, para atender as demandas DCFC Violência contra mulher e de indígenas em situação de privação de liberdade.	Alta	1	Elaborar um plano de formação e capacitação para servidores que atuam nessas pautas. Promover oficinas de capacitação e grupos de trabalho para elaboração de protocolos e roteiros.	Preventivo	Ofertar Oficinas de capacitação de servidores e elaboração de protocolos e roteiros de entrevistas.	Cogen/CGPC	jan/2020	dez/2023

Glossário:

Nível de risco: magnitude de um risco, expressa em termos da combinação de suas consequências e probabilidades de ocorrência;

Controle de risco: qualquer medida aplicada no âmbito da Funai para gerenciar os riscos e aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas estabelecidos sejam alcançados;

Tipo de controle proposto: preventivo, se atua na causa, ou corretivo, se atenua o efeito;

Mecanismo de implementação: informações sobre situação das ações e dos trabalhos realizados em relação a riscos identificados para os processos sob sua responsabilidade;

Responsável: gestor do processo ou servidor designado quando a implementação da ação;

Prazo: data prevista para início e para a conclusão da ação.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Campo aberto, que deverá ser preenchido de forma objetiva, elencando as informações relevantes associadas à avaliação dos resultados da política no período.

Apesar dos esforços, ainda resta formalizar uma Matriz de Monitoramento única da CGPC, uma vez que até o momento o processo se dá em arquivos elaborados separadamente pelas Coordenações de área da CGPC, de acordo com as necessidades e informações que cada uma destas identifica como fundamental ao monitoramento das ações e projetos sob suas responsabilidades.

Como usualmente ocorre, com a proximidade de períodos eleitorais eleva-se o número de solicitações para a emissão de autorização para a construção de unidades escolares e seus anexos em Terras Indígenas, como quadras para práticas esportivas, especialmente com verbas advindas de emendas parlamentares. O acúmulo de solicitações impacta negativamente o fluxo de trabalhos da Cope, considerando o prazo limite para celebração de convênios em anos eleitorais.

Quanto à atuação da Funai em relação à gestão dos instrumentos de planejamento e monitoramento, sugerimos o estabelecimento de instrumentos únicos e padronizados, como formulários de PAT e de RAE, que contemplem todos os dados de interesse da instituição, evitando-se instrumentos distintos em cada unidade da Funai.

Por fim, concluímos que a concentração da autorização de deslocamentos de servidores das unidades descentralizadas pela Funai/Sede impacta na execução dos projetos e ações vinculados à Política Pública de Promoção à Cidadania que já haviam sido aprovados técnica e financeiramente.



Documento assinado eletronicamente por **Lídia Neira Alves Lacerda, Chefe de Serviço Substituto(a)**, em 18/10/2022, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ângela Elias de Souza, Coordenador(a) Substituto(a)**, em 18/10/2022, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4478197** e o código CRC **D9A6561B**.